

OS PROCESSOS DE DESMONTES E MUDANÇAS DE RUMOS NAS POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER: O QUE APRENDER COM ISTO?

Recebido em: 15/07/2024

Aprovado em: 03/12/2024

Licença: 

Luciana Assis Costa¹

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – MG – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3664-4839>

RESUMO: O objetivo dessa reflexão é compartilhar uma literatura que tem se debruçado nas experiências de desmontes das políticas públicas com o intuito de evidenciar em quais condições as políticas públicas tornam-se mais resistentes e resilientes frente a governos extremistas. Trata-se de um estudo de reflexão, sustentado teoricamente a partir de referências da ciência política e do campo de públicas. Resultados. Os desmontes não impactam de forma similar todos os atores, áreas/setores de política e públicos. No caso da política de esporte e lazer identifica-se um desmonte ativo na esfera nacional bem como uma tentativa fracassada de mudança de arena. Considerações finais. Essa literatura nos auxilia na compreensão dos arranjos institucionais e políticos que resultam em maior robustez na configuração de políticas públicas e que devem ser problematizados e almejados na área do esporte e lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Desmonte. Mudança política. Arranjos institucionais e políticos.

THE PROCESSES OF DISMANTLING AND CHANGING DIRECTIONS IN SPORTS AND LEISURE POLICIES. WHAT CAN WE LEARN FROM THIS?

ABSTRACT: The objective of this reflection is to share literature that has focused on experiences of the dismantling of public policies with the aim of highlighting under which conditions public policies become more resistant and resilient in the face of extremist governments. This is a reflective study, theoretically supported by references from political science and the field of public policy. Results. Dismantling does not have a similar impact on all actors, policy areas/sectors and audiences. In the case of sports and leisure policy, an active dismantling at the national level is identified, as well as a failed attempt to change the arena. Final considerations. This literature helps us understand the institutional and political arrangements that result in greater robustness in the configuration of public policies and that must be problematized and sought after in the area of sport and leisure.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do Curso de Terapia Ocupacional pela UFMG. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Desigualdades Sociais, Cotidiano e Políticas Públicas – NeoPolis.

KEYWORDS: Public policies. Dismantle. Political change. Institutional and political arrangements.

Introdução

Gostaria de agradecer à organização do evento pelo convite, e dizer da minha satisfação em participar, pela primeira vez, do Conbrace, um evento de tamanha monta para a área da educação física, da ciência do esporte e lazer no Brasil e América Latina. Saio daqui convencida que o CBCE é um ator político e ativista relevante para fortalecer a institucionalidade da área (com proposições de políticas, controle social e arejamento da política que se dá fora do estado inclusive minimizando a fragilidade burocrática do setor. Me remete a atuação da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco na saúde pública. Ressalto ainda a importância desse encontro no momento de reafirmação do estado democrático e das reconstruções de trajetórias progressistas para as políticas sociais no Brasil.

Tendo em vista a temática dessa mesa, optei por fazer um recorte sobre os processos de desmontes nas políticas sociais brasileiras, com destaque para a política de esporte e lazer, ocorridos no último governo, e posteriormente para a retomada de uma linha progressista à luz da reafirmação de um estado democrático. O objetivo dessa reflexão não é me ater ao passado recente de destruição das políticas públicas, mas compartilhar uma literatura que tem se debruçado nessas experiências danosas para o nosso sistema de proteção social com o intuito de evidenciar em quais condições as políticas públicas tornam-se mais resistentes e resilientes frente a governos extremistas e reacionários.

Início chamando atenção para o fato de que, da segunda metade da década de

1990 e durante a primeira década dos anos 2000, tivemos avanços incontestáveis nas políticas sociais por meio da sua expansão, especialmente no que tange à ampliação do acesso à saúde, à assistência social e aos programas de transferência de renda (Pitombeira; Oliveira, 2019). Adicionalmente, ao longo da década de 1990, também ocorreram avanços importantes focados na dimensão federativa das políticas sociais, em especial na entrada dos municípios como atores implementadores cruciais dessas ações (Arretche, 2015). Além dos desafios trazidos pelos processos de descentralização das políticas sociais, gestões nacionais e subnacionais enfrentaram e enfrentam, ao longo dos anos 2000, questões estruturantes na operacionalização das políticas sociais ligadas a limitações técnicas, orçamentárias ou de arranjos de gestão.

Sabe-se que o papel de estados e municípios varia entre setores governamentais, não apenas entre aqueles constitucionalmente regulados, mas sobretudo em áreas com arranjos federativos menos definidos como o meio ambiente, as pautas de direitos humanos e acréscimo neste bojo, a área de esporte e lazer. Apesar disso, multiplicam-se as situações em que, na ausência de coordenação pela esfera federal, estados e municípios assumiram a frente e tiveram um protagonismo diante de circunstâncias de crise.

A crise mais recente do estado brasileiro inicia-se em 2013 e se agrava em 2016, com o processo de impeachment da presidenta Dilma, que desembocou na eleição de Jair Bolsonaro, candidato de extrema direita, que deflagrou um retrocesso no sistema de proteção social brasileiro, com a destituição dos ganhos sociais conquistados, a exemplo dos ataques sucessivos às políticas sociais, fragilizando ainda mais as condições de vida e de saúde da população. De 2019 a 2022 presenciamos no país um projeto político em oposição às conquistas democráticas e em direção a um estado liberal

ultraconservador e reacionário em defesa pública à ditadura militar (Avritzer, 2020; Costa, 2019).

É importante ressaltar que as políticas públicas nunca estiveram imunes à dinâmica política, social e econômica. Questões ligadas ao ambiente institucional, mudanças na correlação de forças, ocorrência de eventos externos e configuração do conflito entre os diferentes atores que transitam na arena de produção de políticas públicas impactam diretamente as condições de estabilidade ou mudança da ação governamental (Mello, 2023, p.414).

No entanto, cabe ressaltar que, desde a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) – as mudanças em políticas sociais têm seguido uma orientação de expansão, estruturação, institucionalização, consolidação, e aperfeiçoamento ao longo do tempo (Menicucci e Gomes, 2018; Mello, 2023). No caso das políticas sociais, esse processo é identificado na área da saúde, educação, assistência social, todavia, algumas permaneceram com pouca relevância, no sentido da estruturação e institucionalização, e aqui nos interessa em especial, a política de esporte e lazer. Isto explica o fato de que os estudos de políticas públicas conhecem mais sobre a expansão das políticas do que as causas de desmonte (Bauer *et al.*, 2012).

A política de esporte e lazer lida com baixa institucionalidade desde a emergência da área atrelada à expansão dos direitos sociais pós constituinte. Se, por um lado, a política nacional de esporte e lazer ganhou fôlego institucional com a sua inclusão como direito social na CF/88, por outro, o ganho desse espaço não suplantou a ausência de uma definição de atribuições, de financiamentos e de responsabilidades aos entes federados.

As fragilidades da área esportiva são expressas na pouca atenção que tem sido destinada ao tema, desde a Constituinte à atual condução da política nacional. O embaraço normativo, sobretudo decorrente da ausência de definições de atribuições dos entes federados para a execução da política, se reflete, em boa medida, nas iniciativas

descentralizadas que abarcam as inúmeras possibilidades de intervenção na área do esporte e lazer (Costa *et al.*, 2023).

Considerando a proposta da mesa, esse é o primeiro dilema apresentado sobre como o estado tem atuado na garantia do direito de esporte e lazer no país. Diante da baixa institucionalidade da política de esporte e lazer, em todas as esferas federativas, nos parece que o governo Bolsonaro enfrentou pouca resistência e poder de veto na sua ação de desmonte e deslegitimação, sobretudo, da política nacional.

Para contribuir com essa reflexão, ou seja, contextualizar o esvaziamento dos programas de esporte e lazer e sua relação com o desmonte das instituições democráticas, busquei algumas referências da ciência política e no campo de públicas que tem tratado de analisar os efeitos desse governo no sistema de proteção social brasileiro, em diferentes políticas sociais. Essa discussão está respaldada no livro *Desmontes e Reconfigurações das políticas públicas* (Gomide, Silva e Leopoldi, 2023) e no livro *Dismantling: Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects* de Bauer *et al.* (2012) e em autores nacionais e internacionais da ciência política que tem abordado essa temática (Avritzer, Mello, Pierson, dentre outros).

Primeiramente, vale destacar que desmonte deve ser entendido não como

fenômeno coeso, único e unidimensional, mas como processos de desmontes, dada a heterogeneidade com que os processos de desmantelamento ocorreram e as diferenças nos graus de intensidade e densidade entre áreas governamentais que variam entre tipos de políticas e em relação ao contexto institucional no qual se inserem e com o qual se relacionam (Bauer *et al.*, 2012; Mello, 2023, p. 413).

Isto é importante para entendermos que os efeitos das intencionalidades do governo atingiram de forma distinta diferentes políticas. O que nos remete à ideia de que o “tipo de política influencia a política de desmonte” (Lowi, 1964, *apud* Bauer *et al.*, 2012, p. 7). E nos faz indagar sobre como a política de esporte e lazer, diante da sua

fragilidade institucional histórica, nos diferentes níveis de governo, influenciou e foi impactada pelo processo de desmonte no governo Bolsonaro.

Ou seja, processos de desmontes não impactam de forma similar todos os atores, áreas/setores de política e públicos. A Capacidade de influência e ação dos atores, a percepção e a resposta aos impactos produzidos por essas iniciativas resultarão em reações distintas de grupos e atores frente às estratégias de desmontes. Quem ganha e quem perde com o desmonte é um fator importante para pensar nas condições de possibilidade desses processos e o nível de engajamento dos governantes nessas estratégias (Bauer *et al.*, 2012; Mello, 2023). Quem foram os atores políticos com maior capacidade de influência e veto na área, e como atuaram frente aos processos de desmonte? Em algumas políticas mais institucionalizadas, os burocratas federais (servidores de carreira) tiveram um papel fundamental de resistência nos diferentes ministérios (Bauer *et al.*, 2012).

Ainda em relação ao conceito de desmonte, podemos pensar em pelo menos duas percepções de desmonte (Bauer *et al.*, 2012):

Uma primeira, onde os processos de desmonte podem ser percebidos a partir de uma perspectiva vinculada a períodos de crises e restrição econômica, quando são necessários cortes orçamentários, redução de programas públicos ou da abrangência de atuação estatal e mesmo exclusão de beneficiários de ações e serviços.

E a segunda percepção, que atribui um caráter ativo ao processo de desmonte. Ele deixa de ser resultado de um ambiente econômico e fiscal desfavorável e se transforma em estratégia de reorganização ou alteração de políticas existentes, visando sua redução, extinção, subalternização ou paralisação (Mello, 2023). Nesses casos, como tratado por Bauer *et al.* (2012), o desmonte pode assumir diferentes formas, mas

seria caracterizado centralmente pela intenção dos governantes em alterar a forma com que determinadas políticas ou setores de políticas públicas estão organizados, de modo a auferir ganhos políticos, atender compromissos assumidos com o eleitorado ou se alinhar a visões de mundo e interesses da sua base de apoio.

O caráter ativo ao processo de desmonte manifesto no último governo, estava intencionalmente posto. Segundo Avritzer (2020), Bolsonaro “chegou à presidência não como líder político, mas como alguém disposto a destruir políticas e políticos” (p. 5). Este *modus antipolítico*, foi expresso e reiterado cotidianamente no desmonte dos Ministérios da Educação, do Meio-Ambiente e dos Direitos Humanos, e, sobretudo, pelo descaso com a vida e com a alteridade em meio à pandemia do coronavírus. Podemos incluir o Ministério de esporte e lazer como alvo dessa ação.

Reiterando esse argumento Gomide, Silva e Leopoldi, (2023) destacam que ao contrário do observado usualmente, quando o governante prefere ocultar suas ações de desmonte devido ao desgaste político, o governo Bolsonaro quis ser reconhecido por elas, avaliadas pelos tomadores de decisão como acarretadores de benefícios políticos. Usando de retórica populista reacionária, Bolsonaro conseguiu amarrar coalizões de apoio para as quais interessa, material ou simbolicamente, o desmonte ativo e explícito de certas políticas.

Trazendo para o contexto do esporte e lazer, o desmonte da área ocorreu inicialmente com a extinção da pasta e transferência para o ministério da cidadania e ação social, rebaixou o trato da política esportiva a uma Secretaria Especial, passando a ocupar lugar mais que secundário, provocando uma inércia na política esportiva nacional (Guirra, Carneiro e Castellani Filho, 2021).

Somada aos conflitos políticos internos à pasta, na qual passaram vários

secretários em um curto período, inativaram-se os programas federais mais estruturados, bem como reduziram-se e deslocaram-se investimentos de programas para outras ações fora do escopo da área, esvaziamentos claros dirigidos ao setor. Houve de fato um abandono nesse governo de uma área que já padecia de pouca projeção nos governos anteriores.

Para auxiliar na compreensão dos processos de desmontes das políticas sociais brasileiras, Bauer *et al.* (2012) propõem uma categorização de desmonte em quatro estratégias: i) por default (inação); ii) por mudança de arena; iii) por ação simbólica; e iv) ativo.

Estratégias de “desmonte por default” são marcadas pela inação ou pela não decisão que, são por si só ações. Esse tipo de desmonte, em geral, é pouco perceptível, embora impacte diretamente no nível de atividades e serviços ofertados, em decorrência da estagnação de ações e programas ou do não cumprimento de etapas previstas na execução da política. Está associado à ideia de “deixar morrer uma política” (Mello, 2023).

Exemplo disso no período recente pode ser observado na área de segurança alimentar, em que além da extinção, reconfiguração e paralisação das principais instâncias deliberativas que compunham o setor, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), não foi elaborada a edição do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) prevista para 2020-2023 (Mello, 2023, p. 419).

Outra estratégia de desmonte ocorre por meio da “mudança de arena” (arena *shifting*) definida por mudanças na posição institucional da própria arena decisória da política ou de suas regras e procedimentos de funcionamento com impacto sobre formas de deliberação (temas, agendas e mecanismos) e participação (atores e instâncias) (Bauer *et al.*, 2012). Esse tipo de estratégia envolve transferência de uma política ou pasta para uma instância diferente, órgão ou esfera de governo. A política nacional de

meio ambiente foi um exemplo claro dessa mudança de arena, ou seja, mudança de posição decisória e das suas regras de funcionamento (Mello, 2023).

Um terceiro formato de desmonte se daria pela “ação simbólica”. Nesse caso, há uma intenção clara de associar desmonte à decisão política dos governantes, sem que isso necessariamente implique na decisão efetiva de reduzir ou extinguir determinada política (Bauer *et al.*, 2012). Há uma declaração da intenção de desmantar políticas existentes para obter ganhos políticos com esta narrativa, seja visando atender demandas e interesses de sua base de apoio, ou para responder às promessas de campanha.

Por último, tem-se o tipo de “desmonte ativo”, caracterizado pela ação deliberada e explícita de reduzir, suspender ou extinguir a política, seus instrumentos e arranjos de sustentação. São mudanças que geram alta visibilidade e que mobilizam esforços para alterar o escopo normativo-legais, administrativo e procedimentais (Bauer *et al.*, 2012; Mello, 2023). Quando não caracterizada pela própria revogação de determinada política ou extinção de uma área temática, essa estratégia tende a se apoiar em medidas de desfinanciamento e redução de recursos, assim como na desestruturação de equipes, processos e estruturas e rotinas de execução das ações, levando à paralisia e estagnação de determinadas políticas e agendas (Mello, 2023, p. 220).

Nesta linha argumentativa de Bauer *et al.* (2012), no geral, as estratégias de desmonte dependerão das condições políticas a serem enfrentadas. Em um contexto de pouca oposição, pode-se esperar o desmantelamento direto para atacar o núcleo de uma determinada política. Porém, diante de uma ampla resistência, a estratégia mais provável é o desmonte por inação ou a mudança de arena. No entanto, se o desmonte tiver como objetivo alcançar outra coisa (por exemplo, apelar para um determinado eleitorado de que algo está sendo feito), então o desmonte simbólico é provavelmente a

escolha mais adequada (Bauer *et al.*, 2012). Ainda segundo o autor, há uma tendência de as estratégias serem usadas em combinação umas com as outras em vez de isoladamente (Bauer *et al.*, 2012).

No caso da política de esporte e lazer poderíamos falar de um desmonte ativo na esfera nacional bem como uma tentativa fracassada de mudança de arena, ao defender a ideia de militarização do esporte, sem que houvesse simultaneamente fomento nos programas com esse desenho.

Diante desse cenário que demonstra o quanto o governo conseguiu desmobilizar e desmoronar toda uma trajetória precedente das políticas sociais brasileira mantendo um capital político expressivo de apoiadores, a literatura tem buscado discutir não apenas a necessidade de reconfiguração das políticas sociais, mas especialmente quais as condições e características das políticas públicas que facilitariam ou resistiriam às tentativas de desmontes. Essa é uma reflexão extremamente importante para esse momento de retomada. Algumas condições da política têm demonstrado maior vulnerabilidade e risco quanto às estratégias de desmontes, sendo elas:

- 1) Arranjos de formulação e implementação de políticas públicas centralizados na esfera federal e, consequentemente, marcados por baixo grau de envolvimento de entes subnacionais e de atores societais (iniciativa privada e sociedade civil organizada) seriam menos resilientes a mudanças operadas por meio de estratégias de desmonte articuladas pelo poder central. Por outro lado, arranjos mais descentralizados dispõem de lógicas de execução de caráter mais disperso e diversificado, com rotinas simultâneas em diferentes instâncias ou escalonamento e hierarquização do processo decisório com a participação de mais atores, o que amplia também o número de *veto players* com capacidade de

influenciar o desenho e a operação das políticas (Mello, 2023).

No exercício de trazer para o setor do esporte, dado a fragilidade institucional, neste caso, da esfera federal, para atuar na coordenação da formulação e implementação das políticas de esporte e lazer (exceto em programas específicos) constata-se na área uma transferência de responsabilidade aos municípios, num modelo de descentralização autárquica, como ocorreu em várias políticas sociais nos primórdios do processo de descentralização, o que sugere que o desmonte no nível central pouco efeito teve na implementação da política nas esferas subnacionais. Portanto, sabemos que permanece o risco de inação dos governos locais em relação as ações da área.

- 2) Baixo grau de consolidação e institucionalização de processos de operacionalização, lógicas de execução e instrumentos normativo-legais.
- 3) Estratégias de direcionamento das políticas centradas no atendimento do indivíduo ou das famílias sem que haja conexão e convergência com dinâmicas territoriais, regionais ou coletivas. Ou seja, políticas articuladas com estratégias voltadas ao território ou instâncias coletivas teriam maior resiliência diante de esforços de desmonte.

Novamente a política de esporte e lazer, especialmente aquelas de caráter comunitário, participativa e educacional, padece dessa fragilidade, haja vista o número reduzido de participação da sociedade civil na área que defenda a legitimidade do esporte e lazer como direito, somada a baixa perenidade dos programas e projetos.

Ainda no sentido de compreender os fatores que tendem a criar resiliência nas políticas públicas, Gomide, Silva e Leopoldi, (2023) destacam: os custos empenhados na construção das capacidades organizacionais; a estrutura física e capital humano para

a execução da política; as expectativas criadas nos atores envolvidos aumentando o custo político da mudança; e finalmente os beneficiários das políticas que têm interesse na manutenção do status quo.

De maneira mais geral, ações e programas que contam com um arcabouço legal, constitucional ou vinculados a sistemas de políticas públicas, poderiam dispor de maior resiliência que ações isoladas ou que não se relacionam com políticas nacionais ou programas já consolidados em uma determinada área de política (Mello, 2023). Nesta direção, é possível afirmar que áreas como direitos humanos, meio ambiente, inclusão produtiva, desenvolvimento rural, e eu incluiria, o esporte e lazer, entre outras, estariam mais vulneráveis a processos de desmonte dado ao menor grau de institucionalização destas políticas (Mello, 2023).

O envolvimento de diferentes instâncias e organizações, na perspectiva de arranjos de multiníveis, na condução das políticas públicas, somado aos mecanismos de institucionalização e a estratégias de implementação pautadas em dinâmicas territoriais, tenderiam não apenas a aumentar o custo político do desmonte, mas também tornaria a estrutura estatal mais imersa a diferentes grupos no sentido de descentralizar o funcionamento do Estado (Mello, 2023).

Estudos sobre arranjos institucionais e capacidades estatais municipais podem trazer elementos importantes para se compreender a configuração e resiliência da política de esporte e lazer, diante de uma condição precária de coordenação nacional (histórica) e de uma ausência de burocracia federal profissionalizada que restringe a pasta de atuar com maior potencial indutor de pp.

Pesquisa recentemente realizada entre a UFMG e a UEM, acerca das capacidades estatais de aproximadamente 1200 municípios de Minas Gerais e Paraná,

ainda em fase exploratória, destaca que a estrutura organizacional da política municipal de esporte, materializada na presença de órgãos administrativos e regulamentação, está presente na maioria dos municípios analisados, lembrando que a maioria é de pequeno porte. Esse achado sinaliza para um potencial de dinamização da política de esporte e lazer, tendo em vista que ela dispõe de certa institucionalidade no âmbito local (Costa *et al.*, 2023).

Um dos principais mecanismos de participação social das políticas públicas, que são os conselhos municipais, está presente em grande parte dos municípios mineiros, o que não se verifica no estado do Paraná, em decorrência de um mecanismo indutório estadual (Lei fiscal) do estado de Minas, que pode ser uma estratégia replicável aos demais estados (Costa *et al.*, 2023).

As variáveis despesas empenhadas e o quadro burocrático demonstram ser os principais gargalos em relação à capacidade estatal dos municípios. Considerando novamente o porte populacional da maioria dos municípios (cerca de 78% deles) (de até 20 mil habitantes), este achado nos remete à relevância de uma ação coordenada e intergovernamental (com mais presença de estados e do governo federal), no sentido de fomentar a política por meio de transferência de recursos e diretrizes, tendo em vista que os municípios já dispõem de estrutura mínima para executar as ações de esporte e lazer (Costa *et al.*, 2023).

Considerando a afirmativa de que a natureza da política define o caráter do desmonte sofrido, sobretudo à luz da abordagem institucional, é possível inferir que o processo de desmonte da política de esporte e lazer no âmbito federal, intencionalmente provocado com a extinção do ministério e desmobilização dos programas existentes, pouco alterou a execução no nível local, tendo em vista essa prévia desarticulação, baixa

capacidade de coordenação e a descentralização autárquica existente na área.

É fato que alguns governadores de estados brasileiros, alinhados com a política do governo federal, acompanharam a sequência da extinção do ministério, e extinguiram secretarias estaduais de esporte e lazer, porém, de acordo com a literatura, a própria descoordenação da política impediu a criação de um cenário favorável ao efeito cascata de desmonte para os níveis municipais. Para essa afirmativa, cabem novos estudos que demonstrem não apenas as estruturas organizacionais existentes, mas, sobretudo, os arranjos locais de implementação dos programas e projetos da área, os atores envolvidos na política, bem como a territorialização da área, no sentido de verificar o quanto a oferta e garantia desse direito tem sido atendida, reconhecida e legitimada pelo público, que é o mote de qualquer política pública. Segundo Avritzer (2020), a capacidade estatal não é o único fator determinante do desempenho da política pois a dimensão política importa. Neste caso, as tensões entre coalizões políticas (ligadas a distribuição de poder de veto dos defensores da política e as capacidades estatais são mecanismos fundamentais nos resultados de desmonte e reconfiguração das políticas públicas.

Os desmontes são apenas um aspecto de um jogo político muito mais amplo que atores interpretam. Segundo Andrew, Bauer e Green-Pedersen (2013), podem envolver precisamente as mesmas atividades que se destacam na política cotidiana de expansão política, tais como: construção de coligações; enquadramento de problemas políticos; articulação em vários níveis de governação; ocultar custos; e subornar oponentes. Isto significa que a expansão e o desmonte de políticas podem ser lidos como dois lados da mesma moeda e deve ser estudada em conformidade (Andrew, Bauer e Green-Pedersen, 2013).

No final do ano de 2022 novas perspectivas promissoras se aventam diante da eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), gestão que se iniciou em 2023, que marcou a derrota política de um governo de extrema direita, apesar do fortalecimento societário do movimento ultraconservador no país, e recolocou na agenda os preceitos de um estado democrático em defesa da reconstrução das políticas sociais e dos mecanismos de participação social.

A pasta do esporte e lazer tem sido reconstituída, com a recriação do ministério e de programas anteriormente suspensos, a aprovação da lei geral do esporte, que pode ser lida como um marco regulatório com claras intenções de se construir um sistema nacional de esporte, bem como criar condições legais para que a organização da política se dê no âmbito do sistema federativo.

Nestas últimas semanas a pasta foi alvo de barganha política para acomodação do centrão com a substituição da atual ministra pelo representante do partido progressista André Fufuca (PP) nos dando sinais desanimadores, inclusive reiterando o lugar político do setor deixando em evidência o parco orçamento da área em relação às demais políticas sociais e as justificativas para o aumento do orçamento restrito aos interesses partidários e não vinculado ao desenho da política pública. Todavia por outro lado, temos um campo de estudo profícuo para pensar como reconstruir, construir e recriar políticas resilientes frente as tentativas de desmontes.

Mais do que compreender os processos de desmontes das políticas públicas, essa literatura nos auxilia na compreensão dos arranjos institucionais e políticos que corroboram para maior robustez na configuração de políticas públicas que devem ser problematizados e almejados na área do esporte e lazer. Espera-se que, nesse governo, esses avanços de fato se concretizem na ampliação da oferta de ações de esporte e lazer,

na definição das atribuições e responsabilidades administrativas e financeiras dos entes federados, bem como na perenização dos projetos que possam, de fato, se transformar em políticas públicas da área.

REFERÊNCIAS

ANDREW, J, BAUER, M. & GREEN-PEDERSEN, C. **Policy Dismantling**. *Journal of European Public Policy*, v.20, n.5, p.795-805, 2013.

ARRETCHE, M. As políticas na trajetória da democracia à redução das desigualdades. *In: ARRETCHE, M. (Org.). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. São Paulo: Editora da Unesp; CEM/USP, 2015.

AVRITZER, L. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. Editora Todavia, 2020.

BAUER, M. W. *et al.* (Ed.). **Dismantling public policy: preferences, strategies and effects**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

COSTA, *et al.* (2023). Políticas Públicas de “sombra” e iniciativas conjunturais: uma análise dos Projetos Esporte e Cidadania e Virando o Jogo. *In: COSTA et al. (orgs) Políticas de Esporte e lazer - Reflexões teóricas e repercussões práticas*. 2023. Available from: https://www.researchgate.net/publication/380106441_Politicas_de_Esporte_e_lazer_-_Reflexoes_teoricas_e_repercussoes_praticas Acesso em: 21 ago. 2024.

COSTA, L. C. D. **A assistência social, previdência e transferência de renda em tempos de ajustes fiscais—de Temer a Bolsonaro**. Brasil: incertezas e submissão, 2019. p.271-291.

GOMIDE, A. A.; SILVA, M. G. M. S. E.; LEOPOLDI, M. A. P. (Org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. 1. ed. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. v. 1.

GUIRRA, F.J.S.; CARNEIRO, F.H.S.; CASTELLANI FILHO, L. **O ocaso da política esportiva brasileira no governo Bolsonaro**. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE, 22, 2021.

MELLO, J. Caminhos do desmonte de políticas no Brasil: condicionantes e hipóteses. Cap. 14. *In: GOMIDE, A. et al. (orgs). GOMIDE, A. A.; SILVA, M. G. M. S. E. (Org.); LEOPOLDI, M. A. P. (Org.). Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. v.1. p.411-442.

MENICUCCI, T.; GOMES, S. **Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

PITOMBEIRA, D.F., OLIVEIRA, LC. **Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre**

direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. **Cien Saude Colet.** 2019/Dez. Está disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/pobreza-e-desigualdades-sociais-tensoes-entre-direitos-austeridade-e-suas-implicacoes-na-atencao-primaria/17461?id=17461&id=17461>

Endereço da Autora:

Luciana Assis Costa
Endereço eletrônico: lucianaassis.ufmg@gmail.com